



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640287 - MG (2021/0014438-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : RODRIGO PIVA VERONESI
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : WILLIAN VILELA ALVES FERREIRA (PRESO)
PACIENTE : LEONARDO DA SILVA FREIRIA (PRESO)
PACIENTE : MARCELO VILELA DE ABREU (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLIAN VILELA ALVES FERREIRA, LEONARDO DA SILVA FERREIRA e MARCELO VILELA DE ABREU em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.000.20.527711-4/000).

Os pacientes tiveram as prisões preventivas decretadas pela prática em tese dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, VI, todos da Lei n. 11.343/2006, bem como no art. 1º, §§ 1º e 2º, I, da Lei n. 9.613/1998.

O impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar o decreto prisional, ao argumento de que fundados na gravidade abstrata dos crimes imputados e na presunção de periculosidade dos pacientes.

Afirma que não ficou devidamente provada a materialidade delitiva, sobretudo porque não teria havido apreensão de drogas.

Assevera que a liberdade dos pacientes não coloca em risco a ordem pública, a ordem econômica, a aplicação da lei penal e nem a instrução criminal.

Alega a necessidade de aplicação das diretrizes estabelecidas pela Recomendação CNJ n. 62/2020 e que seria suficiente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente, a liberdade provisória dos pacientes, ainda que mediante aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, ou a inclusão deles em prisão domiciliar. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se confirme a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A custódia cautelar de MARCELO VILELA DE ABREU foi mantida pelo Tribunal de origem com fundamento na necessidade de evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública (e-STJ fl. 175).

Por sua vez, manteve-se a ordem de prisão preventiva em desfavor de WILLIAN VILELA ALVES FERREIRA porque, acusado de ser membro ativo em organização criminosa dedicada ao tráfico de drogas, responsável pelo transporte e guarda de substâncias entorpecente, encontra-se foragido, não havendo notícias de sua localização (e-STJ fl. 189).

O impetrante não cuidou de fornecer aos autos o acórdão proferido pelo

Tribunal de Justiça mineiro que manteve a segregação provisória de LEONARDO DA SILVA FERREIRA, impedindo, assim, a análise da situação deste paciente.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência